

Gomes Canotilho admite atraso, mas garante conformidade a Bolonha

# Tribunal Universitário só em 2009

**Projecto de execução das obras deverá estar concluído ainda em Setembro. Anteprojecto sobre a fundamentação jurídica do novo tribunal será apresentado ao Ministério da Justiça no próximo dia 10**

CATARINA PSELHAZ

O Tribunal Universitário Judicial Europeu (TUJE) apenas deverá entrar em funcionamento em 2009 e não em 2008 como inicialmente previsto, admite o mentor do projecto,

Gomes Canotilho. O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra prevê que o projecto de execução das obras do novo tribunal, a instalar no Colégio da Trindade, em Coimbra, esteja concluído ainda em Setembro.

Por outro lado, Gomes Canotilho adianta que as propostas referentes à legislação necessária para o funcionamento do TUJE serão apresentadas ao Ministério da Justiça já no próximo dia 10.

A aprovação do projecto em Conselho de Ministros não tem, contudo, data marcada.

«Gostaríamos que fosse o

mais rápido possível», pois só então será viável a candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio e o recurso a outras formas de financiamento, confessa o constitucionalista.

Em causa está o facto de a construção do novo tribunal, inicialmente orçada entre um milhão e duzentos mil euros e um milhão e quinhentos mil euros, apenas poder ser financiada a 75 por cento pelos fundos comunitários, ficando o restante custo a cargo do Ministério da Justiça e da Universidade de Coimbra.

Recordo-se que o TUJE será

um tribunal normal de primeira instância destinado a solucionar litígios reais dos cidadãos que a ele recorram, não possuindo uma finalidade meramente pedagógica.

«A ideia é fundar um centro de investigação interdisciplinar e congregar saberes da Medicina, da Psicologia, das Letras, da Economia e da Informática», mas sem perder de vista a «aplicação concreta», explica Gomes Canotilho.

Uma outra preocupação do professor de Direito prende-se com a adaptação do TUJE ao Processo de Bolonha e aos res-

pectivos três graus de ensino (licenciatura, mestrado e doutoramento).

O novo tribunal «tem obrigação de preparar os nossos alunos segundo a lógica de Bolonha do aprender fazendo», ainda que não pretenda substituir os estágios profissionais ou a frequência de cursos como os do Centro de Estudos Judiciários, salvaguarda o ideólogo do projecto.

Note-se que o protocolo entre a Universidade de Coimbra e o Ministério da Justiça para a criação do TUJE foi assinado a 23 de Janeiro de 2006.●